



## **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: Representações sobre a terra e a produção de alimentos**

Mesa N° 11: Representaciones sobre la tierra: debates sobre la propiedad de la tierra y el cuidado del suelo.

Autores: *Doutoranda Solange I. ENGELMANN*<sup>1</sup>, Mestranda Ketlen STUEBER<sup>2</sup> y Prof. Dr. Valdir José MORIGI<sup>3</sup>

Pertenencia institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Título: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: Representações sobre a terra e a produção de alimentos

### **Resumen**

El *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) es uno de los movimientos sociales de lucha por la tierra más importantes del Brasil. El estudio señala elementos que constituyen las representaciones sociales acerca del uso de la tierra y de la producción de alimentos. Presenta las perspectivas teóricas de las representaciones sociales, bien como su relación con los medios de comunicación en esfera pública y las Tecnologías de Información y comunicación (TIC's), con enfoques teóricos de Moscovici (2003) y Jovchelovitch (2000). Discute las estrategias y motivaciones utilizadas por el MST en la producción de alimentos y manejo de la tierra. Estudio de carácter cualitativo investiga los contenidos informativos en plataformas de las publicaciones de la página web especial de la primer *Feira Nacional da Reforma Agraria*, realizada en São Paulo-Brasil, en octubre del 2015. En la página localizada en el portal virtual del Movimiento serán apreciadas las noticias sobre la tierra y la producción de alimentos. Se concluye que, por medio de la primer *Feira Nacional da Reforma Agraria* el MST busca demostrar la viabilidad de la reforma agraria en la producción de alimentos para el abastecimiento de la población brasileña.

<sup>1</sup> Bolsista CAPES. E-mail: solengel03@gmail.com

<sup>2</sup> E-mail: ketistueber@hotmail.com

<sup>3</sup> E-mail: valdir.morigi@gmail.com



## 1 INTRODUÇÃO

No processo histórico de luta por terra, Reforma Agrária<sup>4</sup> e direitos civis, políticos e, sobretudo, sociais, atualmente no Brasil, um dos movimentos sociais populares mais representativos tem sido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996<sup>5</sup> e a Marcha pela Reforma Agrária, em 1997 o MST tem se tornado um importante representante da classe trabalhadora brasileira.

O Movimento Sem Terra pauta a necessidade da Reforma Agrária, chama atenção para o problema dos sem-terra, da concentração fundiária e defende mudanças na estrutura social do sistema capitalista ao propor um modelo de sociedade com igualdade e justiça social. Conforme Gohn (2002), o MST assume o papel de sujeito coletivo que escancara as desigualdades sociais e os conflitos de classe, entre a burguesia e a classe operária<sup>6</sup> (sejam urbanas ou rurais). Desse modo, o MST modifica o cenário das lutas populares no país e se torna um expressivo agente coletivo no questionamento dos direitos sociais básicos, como o acesso à terra, ao trabalho no campo e as mudanças estruturais.

O surgimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) possibilita que movimentos sociais populares como o MST, ao obter condições de acesso a essas tecnologias, organizem processos de comunicação populares<sup>7</sup> voltados à apresentação de suas demandas e obtenção de maior visibilidade acerca de suas pautas de reivindicações. Assim, este estudo parte da seguinte questão: **Quais são as representações sobre a terra e a produção de alimentos do MST, construídas a partir das matérias publicadas na página especial da**

---

<sup>4</sup> No decorrer deste trabalho nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que esta representa a principal bandeira de luta do MST, que em seus documentos se refere ao termo desse modo.

<sup>5</sup> Em que 21 trabalhadores Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará.

<sup>6</sup> Conforme o conceito de luta de classes apresentado em Marx e Engels (1989).

<sup>7</sup> Trata-se de uma política de comunicação popular que auxilia na luta por mudanças sociais e cidadania. Peruzzo (2006) apresenta a comunicação popular como forma alternativa de comunicação. O viés popular representa a “comunicação do povo”, produzida pelo povo e destinada ao povo. A comunicação popular surge com a luta dos movimentos sociais da América Latina nas décadas de 1970 e 1980, com a criação de canais autônomos de comunicação na mobilização por direitos sociais e políticos. Nesse sentido, o processo histórico de comunicação do MST trata-se de uma política de comunicação popular que auxilia na luta por mudanças sociais e cidadania.



**primeira Feira Nacional da Reforma Agrária do MST?** A Feira ocorreu de 22 a 25 de outubro de 2015, no Parque Água Branca em São Paulo – SP, Brasil.

O objetivo deste trabalho é mapear e analisar as representações sociais sobre a terra e a produção de alimentos do MST na primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária*, organizada por este Movimento, com base nos conteúdos informativos publicados na página especial do evento, ou *hotsite*. A perspectiva epistemológica fundamenta-se na teoria das representações sociais de Moscovici (2012). A abordagem metodológica configura-se em pressupostos qualitativos e nas técnicas de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2009) para a investigação textual das matérias selecionadas. Neste sentido, Spink (2013) contribui para a identificação e interpretação dos principais enunciados simbólicos do discurso, bem como a elaboração de mapas conceituais com as principais representações encontradas. Junto dos textos e seus enunciados, os sujeitos e seus contextos históricos, sociais, políticos e culturais são extremamente relevantes para a compreensão das representações sociais.

Assim, faz-se necessário compreender as perspectivas teóricas das representações sociais e sua relação com a mídia e as TIC's na esfera pública, bem como, descrever as estratégias e motivações do MST na produção de alimentos e cultivo do solo. Estes percursos teóricos são fundamentais para efetivar a análise e descrever os conteúdos informativos da página *web* especial sobre a primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*.

## **2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MEIOS DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA NA ESFERA PÚBLICA**

As representações estão diretamente ligadas à comunicação, pois, estabelecem-se na construção de sentidos e saberes, são uma maneira específica de compreender e comunicar. Para Moscovici (2012, p.46) o objetivo das representações é “[...] abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa.” Segundo o autor, as representações sempre possuem uma face icônica e outra simbólica interdependentes. E deste modo entende-se que, “[...] representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda a imagem a uma ideia e toda ideia a uma



imagem.” Neste contexto, a comunicação se estabelece por meio de vínculos entre os indivíduos, comunidades e grupos sociais resultando na criação de representações de si, dos outros e de distintas realidades sobre elementos concretos e abstratos que circundam a sociedade em diferentes épocas. Assim, as representações produzem perspectivas e saberes sociais constantemente e por isso lhe é atribuído o caráter epistemológico e fenomenológico.

As representações sociais resultam das interações sociais e podem ser estudadas a partir dos processos de ancoragem e objetivação (ou objetificação<sup>8</sup>). A ancoragem é o processo responsável por recriar permanentemente interpretações e juízos de valor ao classificar (comparar) e nominar (rotular, agregar identidade) os objetos e desta forma, contribuir para a objetivação dos mesmos. Objetivar é conceder realidade a uma representação, tornar concreto algo abstrato. Conforme Moscovici (2012), “[...] objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (p.71-72). Deste modo, o autor afirma que a construção da ilusão e da realidade se efetiva do mesmo modo, pois, primeiramente as pessoas apreendem a imagem e depois, o conceito como realidade.

Neste processo, muitas variáveis estão implícitas: a cultura, as crenças, a lógica (enquanto forma de assimilação), o uso da linguagem e a memória (enquanto fenômeno sócio histórico) tornam-se fatores imprescindíveis na constituição das representações sociais. Ao divulgarem as informações na esfera pública os meios de comunicação adquirem um papel central, pois ao interpretarem os acontecimentos não o fazem com total isenção e imparcialidade. Dependendo da abordagem, dos argumentos utilizados podem subverter a ordem dos fatos, interferindo na construção da memória coletiva.

A construção de uma esfera pública necessita do estabelecimento de um conjunto de interações e de debates entre os cidadãos, que se viabiliza por meio de uma comunicação centrada no diálogo argumentativo em torno de temáticas e problemas de interesse público, abarcando visões de mundo e objetivos concorrentes, que auxiliam na mudança de posicionamentos. Conforme Esteves (2011), a constituição de um modelo democrático

---

<sup>8</sup> Objetivação (Moscovici, 2012) e objetificação (Jovchelovitch, 2011) são termos utilizados por ambos e compreendem o mesmo fenômeno, possuem o mesmo sentido.



deliberativo engloba “[...] um processo político em que os cidadãos estão disponíveis para se escutar mutuamente, justificam de forma racional as suas posições, demonstrando respeito mútuo, e se mostram abertos a reavaliar, e eventualmente mesmo a alterar, as suas preferências iniciais” (p. 33). O resultado disso é a formação de visões de mundo mais equitativas em relação às diferenças sociais, políticas, culturais, etc., entre os cidadãos.

Nesse sentido, Jovchelovitch (2000, p. 175), salienta que “as representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública.” O que torna a esfera pública um espaço da realidade intersubjetiva. É neste terreno que as representações “são geradas, se cristalizam e se transformam”, crescem e tomam forma. Para entender esta dinâmica, a autora apresenta uma série de postulados relacionados à estrutura e ao funcionamento das representações sociais.

O primeiro considera a relação estrutural existente entre a gênese e o desenvolvimento das representações sociais. Processos e estruturas se estabelecem em uma relação recíproca. O segundo postulado coloca o enfoque nas redes semânticas em que representações se organizam enquanto estruturas simbólicas que variam em complexidade, configuração e apropriação imediata da forma em que a representação é construída sobre determinado objeto. E neste contexto, a dinâmica do cotidiano e sua reflexividade são cruciais para que se estabeleça uma relação dialética entre a história do passado e presente para evocar uma história possível. O terceiro postulado trata da construção de identidade e das complexas relações Eu-Outro. “É no espaço de intersecção entre o Eu e o não-Eu”, que surgem as representações e as identidades (JOVCHELOVITCH, 2000, p.177). O quarto postulado trata das relações de cognição, afeto e ação que simultaneamente e inextricavelmente rompem as estruturas das representações.

O quinto postulado se dá pelo processo de mediação social, onde as representações sociais circulam, pois neste espaço, se movimentam e se interseccionam o objetivo e o subjetivo. Conforme Jovchelovitch (2000, p.178), “[...] o espaço potencial, o espaço dos símbolos, tanto liga como separa o sujeito do objeto-mundo”. O sexto e último postulado trata da relação estrutural entre as práticas comunicativas da esfera pública e as relações de poder. “De um lado, as representações sociais desenvolvem-se através da mídia, conversações e



narrativas. De outro lado, estas são práticas comunicativas que caracterizam e constituem os espaços públicos.” (2000, p. 178). Sendo assim, as narrativas estão sempre permeadas por relações de poder, não sendo um ato neutro, mas resultando de lutas simbólicas. Isto posto, os postulados descritos por Jovchelovitch buscam afirmar que as representações sociais se formam na vida pública e dirigem-se ao social como um todo. Portanto, o social é um espaço para transcender e instituir novas fronteiras.

Em estudo sobre a cobertura da mídia nas representações sociais da esfera pública, realizado por Jovchelovitch (2000), a autora aponta que os meios de comunicação são parte do funcionamento da vida social, ou seja, integram o conjunto das instituições que influenciam na vivência e representação da mesma em sociedade. Modificando assim, as formas de interação, o acesso, o consumo de bens simbólicos e a estrutura da política institucional, pois, alteram as fronteiras entre a esfera pública e privada.

O surgimento da imprensa interfere na criação de uma esfera pública que impõe novas formas de controle às práticas políticas, mediante a publicidade da esfera pública, tornando mais visível ao público o exercício do poder e ampliando a exposição sobre as condutas e ações dos líderes políticos. Nesse sentido, Jovchelovitch (2000, p.91) alerta que a imprensa produz significados e valores hegemônicos, assumindo o papel de “ator chave” do poder, principalmente nas sociedades em que os meios de comunicação estão concentrados por grupos que também dominam a indústria e o governo, e onde se observa a ausência de uma esfera pública forte, incapaz de questionar e confrontar os interesses dos grupos privados que monopolizam a mídia e o discurso da esfera pública.

Ao final do XX e início do século XXI o avanço tecnológico cria a sociedade em redes e as TIC's, que geram novos canais de comunicação e informação, como a internet, desloca-se com isso a centralidade do controle de informação dos oligopólios midiáticos tradicionais (rádio, livros, jornais e revistas impressos, televisão, dentre outros) para as TIC's da sociedade em rede. A internet surge nos Estados Unidos na década de 1960, como ferramenta de comunicação militar e se passa a ser massificada na década de 1980, originando a rede mundial de computadores (CASTELLS, 2006).



Na visão de Di Felice (2014) a sociedade em rede cria uma nova cultura tecnológica e comunicativa, com o potencial de gerar mudanças na política, na democracia e na forma de pensar, alterando os contextos sociais. O desenvolvimento de um sistema de comunicação em rede ultrapassa a comunicação bidirecional, centrada anteriormente na instrumentalização do receptor pelo emissor, em que o público recebe informações prontas dos meios de comunicação. Essa mudança tecnológica estimula a participação e interação dos usuários, por meio de um novo tipo de inter-relação social e uma cultura tecnológica centrada na interação dos cidadãos.

A sociedade em rede promove mudanças significativas na sociedade, criando o informalismo, uma forma de desenvolvimento em que o conhecimento se torna a fonte central de produtividade (CASTELLS, 2006). Ao se estruturar em rede, a sociedade informacional funciona através dos fluxos globais influentes nas relações sociais em todo o globo. Para Castells (2006) o desenvolvimento das tecnologias também pode desempenhar papel importante no estímulo às mudanças das relações sociais e busca de cidadania, quando os usuários adquirem condições (sociais, políticas e, principalmente, econômicas) de apropriarem-se da rede e redefini-lá para atender às necessidades da sociedade. O desenvolvimento da internet torna possível ao cidadão comum assumir a função de produtor de conteúdo, atuar como “sujeito ativo” no acesso à informação e comunicação, rompendo assim com o padrão clássico de comunicação de massa<sup>9</sup>.

Diante disso, o espaço da esfera pública concentrado na imprensa tradicional é ampliado com as redes digitais. O ciberespaço passa a representar o ambiente de uma nova esfera pública, tornando o acesso e uso das TIC's imprescindíveis aos sujeitos e grupos sociais contemporâneos para a criação de práticas mais democráticas, na luta por direitos fundamentais e construção de uma nova cidadania.

---

<sup>9</sup> A internet é um produto do capitalismo globalizado inserido na lógica de funcionamento de mercantilização do capital, monopolizando grandes redes de informação: *Google, Yahoo, MSN*, que dão suporte as “redes sociais” (*Facebook, Twitter, Instagram*, etc.) entre outras. Portanto, a internet não possui canais totalmente independentes e democráticos e também é usada por movimentos sociais conservadores que defendem o retrocesso de direitos sociais, políticos, entre outros e o avanço do capitalismo.



Todavía, o surgimento das redes digitais possibilita o rompimento em relação à distância histórica imposta pelos meios de comunicação analógicos entre emissor e receptor. Torna possível o desenvolvimento de processos comunicativos horizontais, em que os internautas assumem o papel de tecnoatores (DI FELICE, 2014). Nas contradições do monopólio mantido nos serviços de internet e o desenvolvimento de uma nova tecnologia gera questionamentos sobre os valores, a ética, as formas de comunicação, participação e principalmente sobre o conceito de democracia. Pois, a descentralização da informação da grande mídia tradicional torna viável a produção de informação por diversos grupos e indivíduos na sociedade com acesso às TIC's. Nessa perspectiva, a sociedade em rede é considerada fundamental para a ampliação do acesso universal às informações e direitos do público, estimulando uma ação comunicativa autônoma.

A internet se torna um instrumento importante para o desenvolvimento de uma democracia deliberativa mais participativa, devido ao seu “potencial comunicacional, que resulta das extraordinárias capacidades informacionais da Rede: a grande facilidade de armazenamento, processamento, acesso e difusão de informações [...]” (ESTEVES, 2011, p. 37). Especialmente a partir da Web 2.0, devido seu potencial de processamento e circulação de informações que ampliam os acessos, a participação e a colaboração dos cidadãos em rede.

Na luta dos grupos sociais por direitos e cidadania as TIC's possibilitam o acesso à informação e comunicação virtual, melhoram a interação entre os cidadãos e tornam viável que setores populares, como os movimentos sociais, anteriormente marginalizados (BERGER, 2003) pelo oligopólio midiático, se apropriem da internet para organização de processos de comunicação. Assim, a criação de páginas webs, blogs e perfis em redes sociais, entre outros, tornam-se importantes meios para divulgar suas demandas, reivindicar a cidadania e exercer a contrainformação à grande imprensa na rede acerca de suas pautas e na busca de mudanças sociais.

Ao apoiar abertamente algumas políticas e excluir outras a grande mídia conseqüentemente impõe e reforça um conjunto de desigualdades e assimetrias. Percebe-se, que a construção de uma esfera pública ocorre com base na troca de informações e bens



simbólicos produzidos pelos meios de comunicação que constroem a seu modo inúmeras representações.

Porém, o desenvolvimento das TIC's e o surgimento do ciberespaço ampliam a categoria da esfera pública tradicional para o ambiente da rede virtual. Verifica-se assim um processo de complexificação das ações que atingem essa nova esfera pública e seu campo de estudos, pois o ciberespaço passa a gerenciar novos espaços de interação e trocas simbólicas, englobando um conjunto mais amplo de grupos sociais e cidadãos. E devido ao caráter de mediação e constituição de saberes sobre a sociedade, a apropriação e disputa dessa nova esfera pública por parte dos grupos sociais populares (como o Movimento Sem Terra) por meio do acesso e uso da *web* se tornam elementares. A elaboração e circulação de novos saberes acerca do MST e luta da Reforma Agrária por meio da plataforma digital deste Movimento na rede virtual interferem de modo significativo na construção coletiva da memória acerca da temática da questão agrária na sociedade brasileira.

A seguir analisaremos os conteúdos informativos sobre a terra e a produção de alimentos, presentes na página online da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária*, com base na cobertura e divulgação de conteúdos sobre o evento.

### **3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A TERRA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS A PARTIR DA PÁGINA VIRTUAL SOBRE A PRIMEIRA FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA DO MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado oficialmente em 1984, no Estado do Paraná. Sua demanda central concentra-se na luta pela terra e defesa de um programa de Reforma Agrária, além de pautar o problema dos sem-terra e da concentração fundiária no país. A partir da década de 1990 o MST se consolida no Brasil como um movimento social popular e político, que assume a posição de importante representante da classe trabalhadora no cenário brasileiro. Ao organizar mobilizações de massa reivindicatórias, principalmente com ocupações de terras e prédios públicos, este se torna uma



referência na luta pela terra, atuando como “sujeito coletivo” ao inserir a pauta da Reforma Agrária na agenda do governo federal (MORISSAWA, 2001).

Segundo dados da página virtual (MST, 2016), atualmente o Movimento Sem Terra possui organização em 24 estados brasileiros. Conquistou o assentamento de cerca de 350 mil famílias, beneficiadas com lotes de terra, créditos agrícolas e infraestrutura mínima para produzir e sobreviver no campo, abandonando assim a condição de sem-terra e tornando-se agricultores camponeses.

Todavia a luta dos camponeses não termina na medida em que as famílias sem-terra se tornam assentadas, pois a Reforma Agrária requer a busca por um conjunto de direitos para a permanência dos agricultores no campo. Desse modo, o Movimento se organiza a partir dos seguintes setores: frente de massa, produção, educação, formação, saúde, comunicação, finanças, cultura, gênero, coletivo de direitos humanos, projetos e relações internacionais. Nos espaços dos acampamentos e assentamentos, as famílias se organizam em núcleos de base, para discutir suas necessidades e resolver os problemas de cada área, designadas pelos setores do MST. Essa estrutura de organização<sup>10</sup> é replicada em nível regional, estadual e nacional (MST, 2016).

A ocupação de terra representa uma das formas mais importantes de pressão ao governo federal, utilizada pelo MST ao longo de sua formação na busca de suas reivindicações (ENGELMANN, 2013). A organização do acampamento é realizada por um grupo de famílias sem-terra que se reúne para a ocupação de um latifúndio, beira de estrada ou prédio público, entre outros. Nestes espaços as famílias vivem de forma precária, em barracas de lona provisória até a conquista do assentamento. Existem casos de acampamentos que se estendem por mais de dez anos até a conquista da terra.

Após a desapropriação do latifúndio ou área ocupada pelos sem-terra é criado o assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual a distribuição da terra ocorre por meio da divisão de lotes. As famílias deixam a condição de

---

<sup>10</sup> As instâncias de decisão possuem como princípio a participação paritária de gênero, orientando a escolha de um homem e uma mulher como coordenadores (as) (MST, 2016).



acampados para tornarem-se camponeses assentados<sup>11</sup>. Ao contrário do acampamento, o território do assentamento se torna um local fixo, em que as famílias se estabelecem, passam a produzir e viver em comunidade.

No assentamento as famílias enfrentam novos processos de luta na terra, reivindicando junto ao governo federal a criação de políticas públicas como moradia (crédito para habitação rural), créditos agrícolas, educação, infraestrutura, entre outros (CARTER e CARVALHO, 2010). Os assentados também vivenciam novas interações e relações sociais com a sociedade rural e urbana do entorno, sendo vistos como cidadãos a partir da sua integração à economia local, com a produção e comercialização de alimentos, gerando impostos e outros benefícios e promovendo impactos positivos na região em que são instalados. Um assentamento “[...] gera recursos para o município, soma-se ao mercado consumidor, aquece o comércio local e participa da receita do governo, pagando impostos. Nas mãos dos assentados, o crédito agrícola pode resultar numa nova dinâmica na região” (MORISSAWA, 2001, p. 226).

Na busca pela manutenção da vida social em comunidade e a cidadania no campo, as famílias assentadas necessitam de um conjunto de direitos sociais e políticos e de políticas públicas em educação, saúde, cultura, lazer, etc. Na área da educação, o MST desenvolve uma luta histórica pela implantação e manutenção de escolas públicas nos assentamentos e acampamentos. Porém, são poucas as escolas que possuem ensino médio e muitos assentamentos e acampamentos ainda permanecem sem escola<sup>12</sup>. O setor de educação do MST também trabalha com a concepção de “Educação do Campo”, que visa o fortalecimento de desenvolvimento do campo e a valorização da cultura camponesa integrada à educação e à prática de luta e organização dos sem-terra (MST, 2001).

Na concepção de Vieira (2001) o conceito de cidadania se refere ao pertencimento de um indivíduo a um Estado-Nação, em que se estabelece um conjunto de direitos e deveres

<sup>11</sup> O MST adota o conceito de campesinato para designar seus integrantes ex-sem-terra, quando estes se tornam assentados. O conceito de camponês passa a ser adotado no Brasil a partir da década de 1950, quando obtém destaque nas Ciências Sociais, principalmente, com a organização das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro. Martins (1983), apresenta o campesinato como um conceito político, permeado por diferenças significativas entre o campesinato russo do século XIX e o brasileiro atual. Análise aprofundada ver o autor.

<sup>12</sup> Segundo dados do MST (2016), existem mais de 2.000 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país e 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação. Também foram alfabetizados 50 mil adultos e outros 2.000 estudantes frequentam cursos técnicos e superiores.



fundamentais com objetivo de promover um nível de igualdade entre os sujeitos em sociedade. Esta deve ser constituída por direitos formais garantidos a todos e assegurar o acesso igualitário a esses direitos. “Não se trata de igualdade completa, mas em geral garante-se aumento nos direitos dos subordinados em relação às elites dominantes” (p.35).

Percebe-se que a cidadania se encontra em constante construção e mutação nas sociedades, dependendo dos contextos e especificidade de cada Estado-Nação. Ainda que apresente limites e não elimine os conflitos de classe, conforme aponta Barbalet (1989), a luta pela cidadania pode auxiliar na diminuição das desigualdades, na medida em que estabelece uma igualdade formal entre os indivíduos no acesso aos direitos dentro do território do Estado-Nação, que representa o espaço da cidadania (ENGELMANN; MORIGI, 2016).

Diante disso, com o avanço do capitalismo no campo e o fortalecimento do agronegócio a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, aliado à diminuição da criação de novos assentamentos<sup>13</sup> surge a tese, defendida por parte de intelectuais liberais e do governo brasileiro, inclusive do Partido dos Trabalhadores (PT), de que o projeto de Reforma Agrária estaria esgotado na sociedade capitalista. Neste cenário, o Programa Agrário de 2007 do MST defende a implantação de um “projeto popular para a agricultura brasileira” e construção de “uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2007), por parte do Estado brasileiro.

Neste caso, para o MST, a criação de um programa de Reforma Agrária Popular<sup>14</sup> necessita de mudanças sociais, como a democratização do acesso à terra aos camponeses e trabalhadores rurais, o estabelecimento do tamanho máximo da propriedade rural e mudanças estruturais (MST, 2007). Este programa propõe ainda: a organização de um modelo de

<sup>13</sup> Conforme dados da CPT (2015), no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foram assentadas 540.704 famílias. No Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010) o número aumentou para 614.088 famílias, porém têm diminuído drasticamente no Governo de Dilma Rousseff, indicado pelos movimentos de luta pela terra como um dos piores dos últimos vinte anos em relação à reforma agrária. No primeiro mandato (2011-2014) foram assentadas somente 103.746 mil famílias, sendo que destes somente 28 mil são de novos assentamentos.

<sup>14</sup> O primeiro programa de Reforma Agrária do MST, de 1984, defende a implantação de um modelo de Reforma Agrária que modifique a estrutura da concentração da terra e da sociedade capitalista. Os objetivos eram: “Lutar por Reforma Agrária já; Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo” (STÉDILE, 2005, p. 178).



produção agrícola sustentável, com base na Agroecologia<sup>15</sup>, para a produção de alimentos, criação de agroindústrias, crédito agrícola e assistência técnica, educação do campo, pública e de qualidade em todos os níveis, entre outros<sup>16</sup>.

De modo geral, nenhum governo brasileiro implantou um projeto de Reforma Agrária na história do Brasil. Segundo Oliveira (2009), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que esteve mais próximo dos movimentos sociais, desenvolveu uma política compensatória de assentamentos diante da intensidade dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. O governo de Dilma Rousseff (PT) deu continuidade a esse projeto, porém, diminuiu drasticamente os investimentos públicos e o número de famílias assentadas, bem como os incentivos governamentais para a agricultura familiar. Paralelo a isso, aumentou o volume de recursos públicos ao agronegócio, com grandes áreas de monocultivos agrícolas (ENGELMANN; DURAN GIL, 2012).

Os assentamentos do MST possuem basicamente três formas produtivas no cultivo de alimentos: uma ainda dentro da lógica capitalista da agricultura tradicional, com o monocultivo e uso de defensivos agrícolas; outra dentro do modelo de produção orgânico, sem o uso de agrotóxicos ou em processo de transição para o sistema agroecológico e uma terceira dentro de uma matriz produtiva da agroecologia, em equilíbrio com o meio ambiente e a saúde dos camponeses. Esse conjunto de ações engloba desde a busca de linhas de créditos governamentais, assistência técnica, experiências modelos até alternativas de comercialização, como a criação de parcerias para a instalação de Feiras de produtos da Reforma Agrária pelo país.

Com a expansão das TIC's e popularização da internet no Brasil desde 1997 o MST mantém um portal online<sup>17</sup>, objetivando divulgar suas reivindicações e ampliar o debate em torno da Reforma Agrária. Em 2003 e 2015 o portal passou por processos de reformulação e

<sup>15</sup> Na concepção de Caporal; Costabeber e Paulus (2006) o conceito da Agroecologia é visto como uma nova ciência que apresenta importante potencial de contribuição na construção de outro modelo de agricultura e desenvolvimento rural, sustentável e ambientalmente equilibrado.

<sup>16</sup> São pautas defendidas também pela Via Campesina, organização internacional de camponeses integrada pelo MST. As principais bandeiras defendidas pela Via Campesina são: a soberania alimentar, agricultura sustentável de pequena escala, preservação da biodiversidade, combate ao agronegócio e as transnacionais (VIA CAMPESINA, 2016).

<sup>17</sup> Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 09 mai. 2016.



readequação, passando a ter atualização diária com diversos conteúdos (reportagens, artigos, entrevistas, poesias, informações sobre a história e funcionamento do Movimento; biblioteca virtual sobre a questão agrária brasileira; coberturas especiais sobre jornadas e atividades nacionais; página Sem Terrinha; entre outras informações em texto, vídeos, publicações, inclusive impressas, como o Jornal Sem Terra).

Mediante a preocupação do MST em desenvolver políticas de comunicação popular, mobilização e educação dos trabalhadores sem-terra, exercer pressão ao Governo Federal e difundir de seu projeto popular para o país, percebe-se que a reformulação do portal em 2003 tem se constituído em um instrumento importante no estímulo à organização social e legitimidade do MST em nível nacional e internacional. A página virtual do MST tem se consolidado em um canal estratégico de comunicação e informação com a sociedade, assumindo a posição de porta-voz do MST e seus integrantes na sociedade e se tornado referência no debate público sobre a Reforma Agrária no Brasil (ENGELMANN, 2013)<sup>18</sup>.

Diante disso, durante a primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, realizada entre 22 e 25 de outubro de 2015, no Parque Água Branca, em São Paulo, o setor de comunicação do Movimento organizou uma página *web* especial da Feira (figura 1), vinculada ao portal online do MST, com o propósito de publicar os conteúdos (reportagens, entrevistas, vídeos, imagens, áudios, etc.)<sup>19</sup> produzidos antes e durante o evento, para sua divulgação e ampliação do diálogo com a população sobre a produção de alimentos no assentamentos e a importância da Reforma Agrária no país.

<sup>18</sup> Para análise aprofundada sobre a página virtual do MST ver dissertação da autora (ENGELMANN, 2013).

<sup>19</sup> Parte da programação da Feira foi transmitida ao vivo pela “Rádio Web Brasil em Movimento”, via internet no portal online do MST (MST, 2015).

XIII Jornadas Nacionales y  
V Internacionales de Investigación y Debate.

**Sujetos Sociales**  
**y**  
**Territorios Agrarios Latinoamericanos**  
**Siglos XX y XXI**

Universidad Nacional de Quilmes  
27 al 29 de julio de 2016

Organizan

CEAR Centro de Estudios de la Agricultura  
UC Universidad de Catamarca  
ceil Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos Prof. Luis Sáez

Auspician

AGENCIA Nacional de Promoción Científica y Tecnológica  
CONICET  
Universidad Nacional de Quilmes

Figura 1- Página especial da Primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*

Fonte: <<http://www.mst.org.br/Feira-reforma-agraria/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Ao navegar pela página da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* encontra-se uma interface simples com *design* moderno. Além da data e o local do evento (com link de acesso ao *Google maps*), a ilustração no topo da página contempla a diversidade cultural, sexual e de gênero a partir dos personagens ali representadas ao lado de alimentos e instrumentos musicais, com o intuito de retratar a riqueza multicultural e de sabores oferecidos no evento. A página da Feira apresenta também fotografias e logo abaixo, um conjunto de 24 reportagens, das quais 10 foram selecionadas para compor o estudo empírico das representações (descritas no item quatro).



As informações sobre a *Feira da Reforma Agrária do MST* (MST, 2015), dispostas nos textos<sup>20</sup> da página oficial dão conta de que o evento teve a participação de mais de 800 agricultores e agricultoras de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal, que expuseram e comercializaram a preços populares 220 toneladas de produtos, procedentes de 80 cooperativas, associações e assentamentos do país. Também foram montadas 15 cozinhas de todas as regiões brasileiras, que serviram mais de 10 mil refeições. Em quatro dias de duração, cerca de 150 mil pessoas visitaram o evento. A Feira ocorreu em uma das maiores capitais do Brasil (São Paulo), a quantidade de alimentos, produtores envolvidos e o público participante evidenciam o impacto positivo da mesma na visibilidade das ações de luta do MST e dos camponeses assentados.

### **3.1 As representações sociais sobre a terra e a produção de alimentos do MST: Investigação empírica**

O portal *web* do MST, diante do seu papel de referência no debate público acerca da Reforma Agrária no Brasil e mais especificamente a página online da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST* colocam em circulação saberes e sentidos importantes na constituição e (re)construção das representações sociais sobre o MST, suas demandas e sua base social. Esta afirmativa baseia-se tanto nos pressupostos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2000) quanto na aplicação das técnicas de análise das matérias selecionadas para o estudo e a construção do mapa conceitual (BARDIN, 2009; SPINK, 2013).

Inicialmente realizamos uma pré-análise de todos os títulos da página da Feira da Reforma Agrária para identificar quais se relacionavam ao tema de estudo. Sobre um total de 24 matérias publicadas na página *web* da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*, 10 foram selecionadas. Os critérios de seleção das matérias se basearam preferencialmente nos títulos que remetessem ao evento em nível nacional (pois a página traz

---

<sup>20</sup> Todas as matérias sobre o evento encontram-se na página inicial, logo abaixo da seção de informações sobre a agenda e fotos, disponíveis em: < <http://www.mst.org.br/feira-reforma-agraria/>>.



também notícias de feiras estaduais e experiências de sistemas orgânicos e agroecológicos) e que explicitassem a temática do cultivo da terra e da produção de alimentos nos assentamentos. O quadro 1 apresenta os títulos das matérias selecionadas para o estudo. Devido o recorte do estudo (representações sobre o cultivo da terra e a produção de alimentos) não foram analisados os conteúdos informativos cujos títulos não abordavam a temática de modo específico. Os conteúdos imagéticos das fotografias e dos vídeos também não foram analisados. Entretanto, estes elementos se constituem em uma rica fonte de informações para análise em futuras pesquisas.

**Quadro 1-** Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária do MST: matérias analisadas sobre as representações da terra e a produção de alimentos

	<b>Data</b>	<b>Títulos selecionados</b>
1	21/10/2015	1º Feira Nacional da Reforma Agrária comercializará mais de 200 toneladas de alimentos
2	22/10/2015	1º Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis à preços acessíveis
3	22/10/2015	“O pessoal da cidade nunca comeu um pé de alface com gosto de alface”
4	23/10/2015	Cozinhas regionais trazem os sabores da Reforma Agrária Popular ao Parque Água Branca
5	23/10/2015	Feira da Reforma Agrária debate impactos dos agrotóxicos e transgênicos
6	24/10/2015	Ato celebra produção de alimentos saudáveis na 1º Feira Nacional da Reforma Agrária
7	24/10/2015	Cartilha sobre Agroecologia é lançada na FEIRA da Reforma
8	25/10/2015	Mostramos a sociedade que é possível criarmos um novo jeito de produzir no país, afirma Sem Terra
9	27/10/2015	“A cidade precisa dos produtos da Reforma Agrária”, afirma presidenta do INCRA
10	28/10/2015	O caminhão, a barragem e a Terra Viva

**Fonte:** dos autores, 2016.

Os títulos das matérias (quadro 1) foram dispostos de acordo com a data de publicação a fim de mostrar a linearidade da produção comunicativa sobre a Feira. Objetivou-se analisar as representações sociais sobre a terra e a produção de alimentos presentes nos conteúdos informativos dos textos. Com base na teoria das representações sociais evidencia-se que os sentidos sobre a terra e a produção de alimentos estão presentes nos títulos das matérias, porém de forma dispersa, pois a página apresenta diversos temas e subtemas discutidos no



evento. Os textos trazem questões referentes aos produtos e à produção dos alimentos, aos sabores e saberes, à cultura e às demandas políticas e sociais do Movimento.

A construção das representações sociais sobre a terra e a produção de alimentos do MST na primeira Feira Nacional de Reforma Agrária é tecida pelo conjunto dos diferentes atores sociais que integram as organizações da sociedade civil (nacional e internacional), do governo e do próprio MST. Eles são visíveis à menção das matérias através da sua vinculação institucional ou como representantes do MST, ou as entidades de apoio à Feira e de produtores camponeses ligados aos assentamentos e das cooperativas criadas pelos próprios assentados. Além disso, as matérias apresentam a participação do público que visitou a Feira e também obteve destaque como protagonista em alguns textos. Em menor número, porém de modo significativo, os representantes do governo e de entidades governamentais que participaram de atividades ou visitaram o evento também foram fontes das notícias.

As ações são importantes para o estabelecimento dos processos de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2012), ou seja, pela possibilidade de criar novos juízos e conceder realidade aos processos representativos sobre o MST, o cultivo da terra e a produção de alimentos na esfera pública. Os textos divulgam informações sobre a comida servida no evento composta de diversos pratos típicos<sup>21</sup> e alguns produtos<sup>22</sup> produzidos por cooperativas dos assentamentos. Isso remete a permanência dos sentidos das tradições culturais e da cultura camponesa, do saber-fazer desses atores sociais, do enraizamento dos saberes populares da cultura local. Os temas postos em circulação durante os debates, seminários, atos públicos, atividades culturais e diálogos entre produtores e o público visitante evidenciam assim, a capacidade produtora e significativa do Movimento Sem Terra.

Segundo Jovchelovitch (2000), a construção das representações é instituída e modificada na esfera pública por meio de saberes e conhecimentos postos em circulação, principalmente através da comunicação e das mídias. Neste contexto, a autora destaca os

<sup>21</sup> Moqueca de peixes, carne de bode, acarajé, pato no tucupi, arroz com pequi, farinha d'água, caruru, beiju, dobradinha, carne de bode ensopada, carne de sol, tucupi com pato e galinha caipira, arroz carreteiro, macaxeira (mandioca), cuscuz com carne de bode ou carne seca, tapioca, cocada, biscoito, queijadinhas, broa de milho, geleias, compotas e bolos de vários sabores.

<sup>22</sup> Leite, doces e leite condensado, doce de manga e caju, mel, queijo, castanha de baru, tamarindo e alga marinha.



fortes vínculos estabelecidos entre os meios de comunicação e as relações de poder. Ao considerar os discursos do monopólio da mídia acerca do MST apresenta-se de modo claro que as construções sobre o movimento suscitam permeadas de significados pré-concebidos e assimétricos. O material analisado origina-se de processos de comunicação popular, de acordo com os termos instituídos por Peruzzo (2006), logo, suas representações estão contrapondo-se aos discursos hegemônicos instituídos pela grande mídia. Assim, é possível perceber através de um mapa conceitual (figura 2) as principais representações categorizadas e organizadas sobre os sentidos da terra e da produção de alimentos postos em circulação na primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária do MST*.

**Figura 2-** Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária do MST: Mapa conceitual sobre as principais representações da terra e a produção de alimentos nas matérias sobre o evento



Fonte: dos autores, 2016.

A partir da análise das matérias sobre a primeira *Feira da Reforma Agrária do MST* pode-se identificar três grandes ancoragens ou categorias representativas: a) Luta pela Reforma Agrária; b) diálogo com a sociedade; c) trabalho e reconhecimento.

A *luta pela Reforma Agrária* segue ativa e suas lideranças evidenciam a busca por soberania alimentar para que a terra e seus usos forneçam não apenas alimento, mas saúde, emprego e qualidade de vida aos camponeses. No contexto sociopolítico, o sentido da luta refere-se à conquista de direitos e ao mesmo tempo a contraposição aos modelos hegemônicos



e excludentes de produção. A desconcentração fundiária e a valorização do pequeno produtor em cadeias locais de produção destacam-se enquanto meios para atingir a soberania local.

Dentre as reivindicações de maior destaque encontra-se a necessidade da ação de órgãos governamentais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA para legitimar os assentamentos e construir políticas públicas para o pleno cumprimento da Reforma Agrária. A Feira é um espaço público que reafirma a necessidade de avançar e garantir as desapropriações de terras e a criação de assentamentos para que os camponeses possam contribuir no desenvolvimento social e econômico do país. Elucida-se também que a demanda de cultivo da terra e produção de alimentos requer atividades e práticas de manejo do solo que preservem o meio ambiente. Neste contexto, ficou clara a necessidade de transição dos modelos de produção agroecológico que visam à produção em grande quantidade, variedade e qualidade de alimentos para que possam ser comercializados a preços justos e acessíveis.

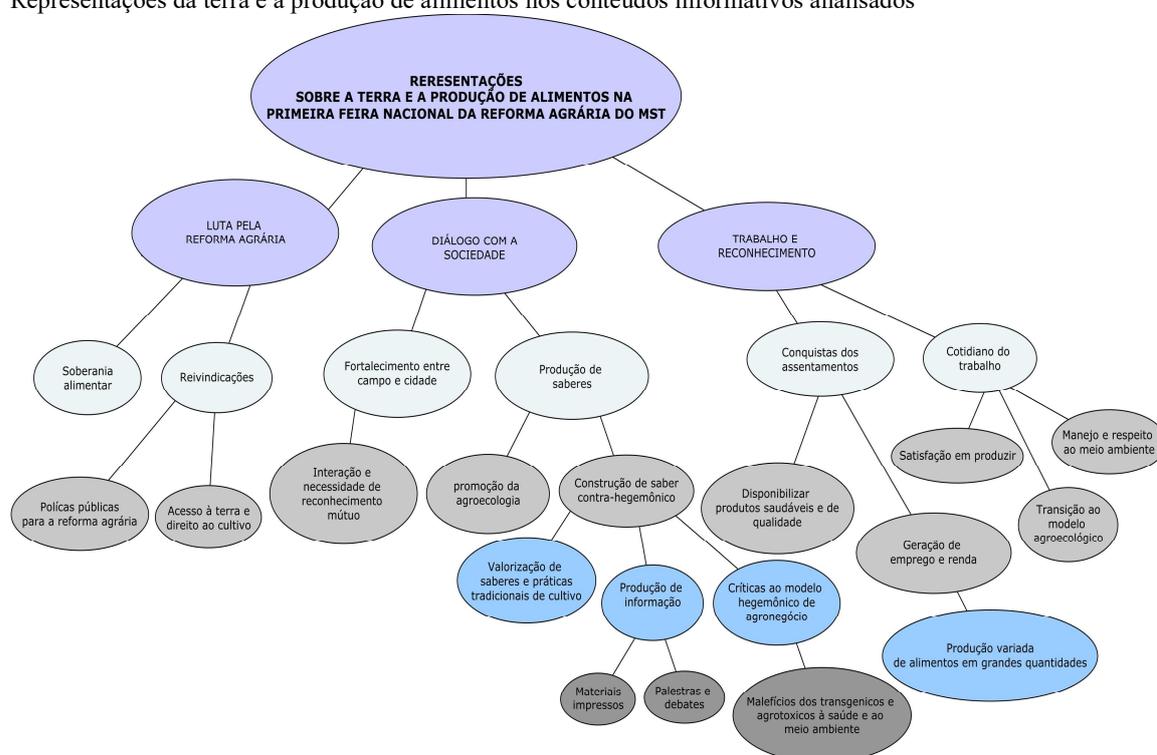
No *diálogo com a sociedade* as famílias camponesas do MST firma um compromisso com a sociedade em relação à produção de alimentos. Destacam-se as relações e mútuas dependências entre a cidade e o campo e a necessidade dos produtos da Reforma Agrária para o abastecimento alimentar da população. Neste processo dinâmico de troca e necessidade de reconhecimento mútuo, aparecem saberes e informações que precisam ser desconstruídos enquanto outros necessitam ser restabelecidos e legitimados. Desde os cuidados básicos com a natureza até a valorização de formas tradicionais de cultivo que não prejudiquem a saúde dos trabalhadores e tampouco o meio ambiente tornam-se consenso nos discursos presentes nas matérias.

A Feira contestou ainda os paradigmas de produção e saber estabelecido pelo modelo hegemônico vigente do agronegócio. Foi um espaço de produção intelectual com o fomento de debates, palestras, atividades culturais e divulgação de materiais impressos para diversos públicos (crianças e adultos). Os conteúdos produzidos visam dar visibilidade aos modelos de produção agroecológicos, valorizar saberes tradicionais dos camponeses e evidenciar os malefícios dos agrotóxicos e transgênicos à saúde e ao meio ambiente.



*Trabalho e reconhecimento* também foi um enunciado bastante significativo nas matérias sobre a Feira. O potencial de geração de trabalho e renda dos assentamentos do MST comprovou-se a partir de sua força produtiva por meio da diversidade de alimentos produzidos e disponibilizados na Feira. Nos diversos textos analisados o termo “alimento saudável e com preço justo” é recorrente na maioria das matérias sobre o tema. Muitos visitantes reconheceram e evidenciaram em seus discursos a necessidade de quebrar os estigmas e imagens preconcebidas/preconceituosas e distorcidas que foram construídas em torno dos trabalhadores sem-terra. A agricultura camponesa teve seu potencial reconhecido, evidenciando nos discursos dos produtores e expositores do evento a satisfação em produzir alimentos saudáveis através do manejo e cultivo da terra com respeito ao meio ambiente. A figura 3 apresenta o mapa completo das representações elaborado a partir das matérias analisadas.

**Figura 3-** Primeira Feira Nacional da Reforma Agrária do MST: Mapa conceitual completo sobre as Representações da terra e a produção de alimentos nos conteúdos informativos analisados



Fonte: dos autores, 2016.



As representações sobre a terra e o cultivo de alimentos, expostos nas figuras 2 e 3, corroboram com as perspectivas de Jovchelovitch (2000) e Moscovici (2012), pois, os autores afirmam que as representações são processos que desenvolvem sentidos e percepções acerca do mundo e seus objetos a partir da comunicação e das interações sociais estabelecidas através da linguagem. As representações se originam e se transformam, constroem identidades e estabelecem relações entre os diversos atores sociais num processo dinâmico efetivado na esfera pública. Assim, as representações sociais sobre a terra e a produção de alimentos estabelecem-se enquanto construção cultural, política e social acerca do MST, dos assentamentos e de um projeto de Reforma Agrária Popular.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do segundo Programa Agrário, o MST desenvolve um conjunto de ações para garantir a produção de alimentos nos assentamentos, a permanências das famílias no campo e a melhoria das condições de vida dos camponeses. Ao justificar a necessidade da luta pela terra e da implantação de um Projeto de Reforma Agrária Popular no país, o Movimento busca a democratização da terra e a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento do campo brasileiro. Observa-se um esforço do MST no sentido de produzir alimentos nos assentamentos, a partir de uma matriz de produção agroecológica, através do fortalecimento do modelo de agricultura camponesa sustentável e de combate ao modelo do agronegócio.

A Feira representou um espaço público importante de interação e diálogo com a sociedade, pois demonstrou a capacidade de produção, organização e concretização de trabalho dos camponeses do MST. Além de um espaço de exercício da cidadania o evento possibilitou refletir sobre o fortalecimento das relações entre campo e cidade, produção e acesso às grandes quantidades de alimentos saudáveis obtidos a partir de cultivos que visam o respeito e o cuidado ao meio ambiente. Transparecem em seus discursos as críticas ao modelo hegemônico de produção do agronegócio ao mesmo tempo em que buscam debater sobre práticas de cultivo e manejo do solo a partir das representações sobre a terra, seu cultivo e a produção de alimentos. Elas se ligam aos conhecimentos tradicionais e aos saberes populares



das comunidades camponesas. Estes saberes se contrapõem ao uso de agrotóxicos e aditivos agroquímicos e apresentam o modelo de produção agroecológico como uma alternativa viável para a agricultura brasileira.

Contudo, a página *web* do MST e a página especial da primeira *Feira Nacional da Reforma Agrária* são amostras significativas que permitem entender como as práticas de cidadania e os processos de autonomia são construídos pelos seus integrantes. Da mesma forma, demonstra como as representações sobre a terra e da produção de alimentos exercem mediações no processo da construção de um discurso cultural, político e social instituídos pelo MST, no sentido de demonstrar simbolicamente a viabilidade do seu Projeto de Reforma Agrária Popular para a produção de alimentos à sociedade brasileira e a melhoria das condições de vida no campo.

## REFERÊNCIAS

BARBALET, J. M. A cidadania. Lisboa: Estampa, 1989.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERGER, C. Campos em confronto: a terra e o texto. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <[www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CARTER, M.; CARVALHO, H. M. de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (Org.). Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Brasil não é país para os sem terra em tempos de Dilma. Publicado em 25/02/2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2451-brasil-nao-e-pais-para-os-sem-terra-em-tempos-de-dilma>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

DI FELICE, M. Sociedade em rede: da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, M. (Org.). Sociedade, Comunidade e Redes. São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2014.



ENGELMANN, S. I. A página virtual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

ENGELMANN, S. I.; DURAN GIL, A. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. Revista Eletrônica do CEMOP, n. 2, set. 2012. Disponível em: <[www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange\\_e\\_aldo\\_duran.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2016.

ENGELMANN, S. I.; MORIGI, V. J. A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no debate da reforma agraria brasileira. In: SILVEIRA, A. C. M. da; POGGI, M. C.; MASI, S. D. (Orgs). TIC's latinoamericanas: Antecedentes, tendencias, usos y representaciones. Santiago de Chile: Red Internacional del Conocimiento, Colección e-200, feb. 2016. ISBN: 978-956-8416-41-6.

ESTEVES, J. P. Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. Revista Media & Jornalismo, v. 18, n. 10, 2011.

GOHN, M. G. Mídia, terceiro setor e MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JOVCHELOVITH, S. Representações sociais na esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Os contextos do saber: representação, comunidade e cultura. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social).

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

MARX, K. & ENGEL, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em psicologia social. 9. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- MST. [Site]. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 09 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Construindo o caminho. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Quem Somos. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Feira Nacional da Reforma Agrária. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Feira-reforma-agraria/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.



\_\_\_\_\_. V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância. Cartilha interna. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, A. U. “A política de reforma agrária no Brasil”. In: Direitos Humanos no Brasil 2009. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM/UnB. Brasília, DF, 6 a 9 set. 2006. p. 1-17. Anais... Disponível em: <[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). Textos em Representações Sociais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STÉDILE, J. P; (org.). A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIA CAMPESINA [site]. Acesso em: 10 mai. 2016. Disponível em: <[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>.

VIEIRA, L. Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

#### REFERÊNCIAS DAS MATÉRIAS ANALISADAS

COUTINHO JUNIOR, J. Feira da Reforma Agrária debate impactos dos agrotóxicos e transgênicos. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 23 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/Feira-da-reforma-agraria-debate-impactos-dos-agrotoxicos-e-transgenicos.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

\_\_\_\_\_. O caminhão, a barragem e a Terra Viva: caminhoneiro e militante conta sua história e de uma das maiores cooperativas do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/28/o-caminhao-a-barragem-e-a-terra-viva.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

\_\_\_\_\_. “O pessoal da cidade nunca comeu um pé de alface com gosto de alface”: Cleide Oliveira, produtora e vendedora na 1a Feira da Reforma Agrária, conta sua história e mostra os frutos (e doces) da Reforma Agrária. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 22 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/22/o-pessoal-da-cidade-nunca-comeu-um-pe-de-alface-com-gosto-de-alface.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

FREIRE, S. Cartilha sobre agroecologia é lançada na Feira da Reforma Agrária. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/24/recontando-a-historia-do-campo-cartilha-sobre-agroecologia-e-lancada-na-1a-Feira-nacional-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.



MARINHO, G. “A cidade precisa dos produtos da Reforma Agrária”, afirma presidenta do Inca. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 27 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/27/a-cidade-precisa-dos-produtos-da-reforma-agraria-afirma-presidenta-do-incra-em-visita-a-Feira-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

\_\_\_\_. Cozinhas regionais trazem os sabores da Reforma Agrária Popular ao Parque Água Branca. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 23 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/23/cozinhas-regionais-trazem-os-sabores-da-reforma-agraria-popular-ao-parque-agua-branca.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

PRIMEIRA FEIRA Nacional da Reforma Agrária comercializará mais de 200 toneladas de alimentos. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/21/mais-de-200-toneladas-de-alimentos-serao-comercializados-na-1o-Feira-nacional-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

SILVA, M. Mostramos a sociedade que é possível criarmos um novo jeito de produzir no país, afirma Sem Terra. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 25 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/25/a-Feira-mostrou-a-sociedade-que-e-possivel-criarmos-um-novo-jeito-de-se-produzir-no-pais-afirma-dirigente-do-mst.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

\_\_\_\_. 1º Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis a preços acessíveis. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 22 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/22/1o-Feira-nacional-da-reforma-agraria-chega-em-sp-com-alimentos-saudaveis-a-precos-acessiveis.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.

SORIANO, R. Ato celebra produção de alimentos saudáveis na 1º Feira Nacional da Reforma Agrária. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [site], Brasil, 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/10/24/ato-celebra-producao-de-alimentos-saudaveis.html>>. Acesso em: 03 maio 2016.